



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 871**  
**00375**

## **COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871, DE 2019**

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871, DE 2019**

Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, e dá outras providências.

Texto atual da Medida Provisória nº 871/2019:

Art. 25. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 25 .....

III – salário-maternidade para as seguradas de que tratam os incisos V e VII do caput do art. 11 e o art. 13: dez contribuições mensais, respeitando o disposto no parágrafo único do art. 39; e.” (NR)

Sugere-se suprimir (vetar) na integralidade nova redação do inciso III, do art. 25, da Lei nº 8.213/1991 retomando redação original.

### **JUSTIFICATIVA**

O objetivo desta emenda é suprimir o art. 25 da Medida Provisória nº 871/2019 que altera a redação ao inciso III, do art. 25 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Busca-se com esta emenda garantir a concessão do salário-



CD/19524.43950-44



maternidade independentemente do número de contribuições pagas pela segurada empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica. Para as seguradas contribuintes individuais, segurada especial (enquanto contribuinte individual) e segurada facultativa, o prazo de carência para obtenção do salário-maternidade permaneça de dez contribuições mensais.

A licença-maternidade na área trabalhista, juntamente com o salário-maternidade na esfera previdenciária, foram conquistas dos cidadãos brasileiros em sua busca pelo estabelecimento de condições legais que possam garantir a mínima dignidade à pessoa humana, criando condições para que o recém-nascido possa, em sua etapa inicial, manter, sem embaraços, o contato com a mãe.

Nessa linha, a Constituição Federal de 1988<sup>1</sup> foi pródiga em garantir proteção à maternidade, especialmente à gestante, senão veja-se:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

II - Proteção à maternidade, especialmente à gestante;

Tal dispositivo constitucional é corolário ao entendimento firmado na Convenção sobre os Direitos das Crianças,<sup>2</sup> ratificada pelo Brasil e em vigor desde 23 de outubro de 1990, a qual determina em seu art. 3º que:

### Artigo 3

1. Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar

<sup>1</sup> BRASIL. Constituição Federal (1988). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> acesso em 09 de fevereiro de 2019.

<sup>2</sup> BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm)> acesso em 09 de fevereiro de 2019.



CONGRESSO NACIONAL

social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, **devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança.** *(grifos nossos)*

2. Os Estados Partes se comprometem a assegurar à criança a proteção e o cuidado que sejam necessários para seu bem-estar, levando em consideração os direitos e deveres de seus pais, tutores ou outras pessoas responsáveis por ela perante a lei e, com essa finalidade, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.

Por fim, destaca-se que o salário-maternidade desempenha diversas funções sociais como possibilitar o descanso da mulher trabalhadora e garantir o contato da mãe com a criança nos primeiros meses de vida, para que se forme o necessário laço maternal inicial. É, ainda, maneira pela qual se garante a saúde e bem-estar daqueles que hodiernamente passam a compor a sociedade, desenvolvendo um ciclo virtuoso para que as gerações futuras também possam ser beneficiárias dessas garantias contribuindo para que se tornem cidadãos dignos da memória de um passado onde receberam o mínimo no nascimento.

Sala das Sessões, em                    de fevereiro de 2019.

Deputado **RODRIGO COELHO**

**PSB-SC**



CD/19524.43950-44